



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil <ul style="list-style-type: none">➤ Sandra Nascimento (Presidente da Direção)➤ Filipa Henriques (Área da Comunicação e Relações Institucionais)	<ul style="list-style-type: none">➤ Fernando Virgílio Macedo (Vice-Presidente)➤ António Costa Silva (PSD)➤ Fátima Ramos (PSD)➤ Joel Sá (PSD)➤ Hugo Costa (PS)➤ António Cardoso (PS)➤ Heitor de Sousa (BE)➤ Bruno Dias (PCP)	4 de maio de 2016 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none">➤ A Presidente da Direção da APSI, utilizando uma apresentação em PowerPoint, deu a conhecer a associação. Forneceu dados sobre as quedas em ambientes construídos (em casa e na escola) como maior causa de internamento e morte de crianças, sendo especialmente vulneráveis as crianças entre o zero e os quatro anos. Deu vários exemplos de gradeamentos trepáveis com facilidade, com aberturas suficientes para a criança passar e lembrou acidentes recentes.➤ A Presidente da Direção da APSI fez referência ao regulamento europeu para a construção de gradeamentos, lembrou que havia muitos que não cumpriam esse regulamento e defendeu que, em caso de quedas, se deveria apurar a responsabilidade também em termos do projeto, da construção e do	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado António Costa Silva (PSD) – após cumprimentar a delegação da APSI, expressou disponibilidade para trabalhar os aspetos solicitados, no sentido de se poder melhorar a lei nesse sentido.➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – cumprimentou a delegação da APSI, considerou que era essencial chamar a atenção para a importância de se olhar para esta matéria com o objetivo de se propiciar as melhores condições para se avançar nesta área. Referiu que esta questão abrangia a construção habitacional, escolar, de espaços públicos, equipamentos hoteleiros, o que demonstra a importância de uma discussão centrada na eficácia das medidas, mesmo que signifique começar por algum lado. Defendeu que se deveria fazer uma programação faseada para a introdução destes equipamentos em edifícios que já existem e definição de normas para novas construções.➤ Deputado António Cardoso (PS) – cumprimentou a delegação da APSI e expressou disponibilidade para acompanhar de forma responsável os problemas aqui abordados.		

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>licenciamento.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Quanto à norma portuguesa que define os requisitos para uma guarda segura, defendeu que a mesma deveria ser vinculativa, pois atualmente é uma norma técnica com carácter meramente voluntário. Em seu entender, deveria também ser aplicada aos edifícios já construídos.➤ Concluiu, defendendo que deveria haver uma previsão clara e expressa do direito de os condóminos protegerem as suas varandas.	<p>Concordou com a proposta de que a norma técnica passe a ter carácter obrigatório. Quanto ao edificado, defendeu uma aplicação obrigatória da norma de forma faseada, começando-se pelos equipamentos destinados a crianças, seguindo-se os outros. Concluiu considerando que, apesar de não se conseguir garantir em absoluto a segurança, minimizar os riscos de acidente é positivo.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – após cumprimentar a delegação da APSI, agradeceu a informação trazida, considerou que os problemas abordados tinham um carácter global e dimensão que tocava com várias atividades. Concluiu, defendendo que a questão precisava de ser avaliada e discutida para se começaram a introduzir procedimentos e cautelas no sentido da promoção da segurança das crianças na sua vida quotidiana.
<p style="text-align: center;">O que pretendem ver regulamentado</p>	
<ul style="list-style-type: none">➤ Pretendem que a norma técnica que define os requisitos para uma guarda segura passe a ser vinculativa tanto para as novas construções como para os edifícios já existentes.	
<p style="text-align: center;">Respostas às questões dos Deputados:</p>	
<ul style="list-style-type: none">➤ A APSI considerou que, havendo uma norma técnica, já aprovada por um conjunto de especialistas, para aquela associação era suficiente que houvesse uma legislação que remetesse para essa norma, tornando-a vinculativa.	

Deputado Fernando Virgílio Macedo
Vice-Presidente da Comissão